



Ceticismo, Dialética
e Filosofia Contemporânea

Francisco Valdério
Jorge L. Viesenteiner
Juvenal Savian Filho
Luciano Carlos Utteiche
Peter Pál Pélbart
Roberto Horácio de Sá Pereira
Rodrigo Guimarães Nunes
Samir Haddad
Waldomiro José da Silva Filho
(Orgs.)



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária Juliana Farias Motta CRB7/5880

C423

Ceticismo, dialética e filosofia contemporânea / Organização

Francisco Valderio... et al. -- São Paulo: ANPOF, 2019.

281 p.

ISBN: 978-85-88072-66-4

Outros autores: Jorge L. Viesenteiner, Juvenal Savian Filho, Luciano Carlos Utteiche, Peter Pál Pélbart, Roberto Horácio de Sá Pereira, Rodrigo Guimarães Nunes, Samir Haddad Waldomiro José da Silva Filho

1. Ceticismo.2. Dialética.3. Filosofia. I. Francisco Valderio.II. Título

CDD
149.73

Índice para catálogo sistemático:

1. Ceticismo
2. Dialética
3. Filosofia Contemporânea

A perda do sentido dos sentidos: Algumas reflexões sobre as recorrências populistas¹

Luís Manuel A. V. Bernardo²

A escala que o retorno dos discursos e dos atos populistas tem assumido na última década, no interior de Estados democráticos e por parte de grupos cujos membros beneficiam das respetivas condições, requer uma ponderação renovada. Outro motivo para uma ampla reflexão sobre o problema advém do sentimento, avolumado pela analogia com o ambiente geral que antecedeu a ascensão dos grandes totalitarismos novecentistas, de que se pode estar a assistir a uma etapa germinal de uma nova falência dos regimes democráticos, isto é, da fórmula política mais conforme aos critérios de razoabilidade avançados pela filosofia. Resulta, assim, manifesta a necessidade de promover o debate filosófico sobre o que é e não é aceitável, o razoável e o que assume os traços da desrazão, o que incita à liberdade e o que induz a servir.

Para o efeito, convocamos o pensamento de Eric Weil, todo ele atravessado pelo problemática da violência, as condições da sua existência e os modos pensados pela filosofia para contê-la. Neste ensaio, optámos por focar a nossa análise numa série de artigos do autor³ e, particularmente, em *Masses et individus historiques* (1950), seguindo a hipótese hermenêutica de que a questão do retorno dos populismos se liga com a de uma eventual *remassificação*.

Com efeito, todos os sinais apontam para um regresso dos processos políticos de massificação, mesmo em países em que o desenvolvimento social e económico, o elevado nível de instrução e a prática de uma cultura democrática, potenciada pelo grau de participação nos novos meios de comunicação, deveriam ter introduzido um tipo de ação, assente menos na fidelidade da pertença a um grupo particular, identificado com um conjunto substantivo de crenças e de valores indiscutíveis, que na deliberação individual, em função de critérios de racionalidade e de razoabilidade, suscitados pelas dinâmicas discursivas no(s) espaço(s) público(s). Concomitantemente, assoma uma série de políticos que não se sentem comprometidos com a consolidação dos procedimentos democráticos, seja pela via do debate baseado em «argumentos sobre o necessário e o impossível» (WEIL, 1991, p. 381), seja por meio da mútua educação, destinada a proporcionar as condições suficientes, tanto para a compreensão dos quesitos técnicos das organizações sociais, políticas e económicas modernas, como para o entendimento da axiologia que

1 Esta publicação teve o apoio do CHAM (NOVA FCSH—UAc) através do projecto estratégico financiado pela FCT (UID/HIS/04666/2019).

2 Professor Associado com Agregação do Departamento de Filosofia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Doutoramento em Filosofia Geral (1998) e Agregação no Grupo de Filosofia, Disciplina de Filosofia da Educação (2006).

3 *Limites de la démocratie* (1950) ; *Le conflit entre violence et droit* (1961); *L'état et la violence* (1962) .

influi na construção da Modernidade (WEIL, 1991, p. 380-381). Pelo contrário, estes definem-se como dirigentes declarados desses grupos, tendo por missão serem o veículo da imposição da respetiva mole de crenças e convicções, cuja evidência resulta proclamada por um argumentário de autorreferências, uma putativa *vox populi*.

Uma tal recorrência mantém toda a atualidade da afirmação de Eric Weil: «se tivéssemos que escolher a mais lata de entre as numerosas definições da época presente, dever-se-ia optar, com toda a probabilidade, por aquela que caracteriza o nosso tempo como o das massas» (WEIL, 199, p. 255). Do mesmo modo, esse aparente retorno não desmente a constatação weiliana de que «não é menos visível que esse papel, imensamente crescente, das massas não é absolutamente dominante. O mesmo período histórico, que viu o nascimento e a entrada em cena das massas, testemunhou também o surgimento de um certo número de *grandes homens*, grandes não necessariamente no sentido de um valor exemplar, moral, de criatividade, mas no sentido de uma ação histórica com efeitos políticos significativos no espaço e no tempo» (WEIL, 1991, p. 256). É que, entre massa e líder, ocorre uma relação dialética, assim indicada pelo autor: «a massa, seríamos tentados a dizê-lo, *produz o grande homem*, e o *grande homem* é o *chefe da massa*» (WEIL, 1991, p. 256).⁴

Esta interpretação, segundo a qual se trata de um processo biunívoco, em que as duas figuras obedecem a possibilidades circunstanciais, retomando traços identitários transcendentais, que as definem como tipos históricos e justificam a eventualidade da sua reativação, ajuda-nos, no que respeita aos populismos, a dar corpo ao «desafio de lhes encontrar um denominador comum» (BADIE e VIDAL, 2018, p. 9). Assim, se, como Weil sugere, a massa moderna nasce, sucessivamente, em diferentes lugares, com a transformação acelerada dos camponeses em operários industriais, no interior de cidades, cujas funções tradicionais resultam também alteradas (WEIL, 1991, p. 259-260), sofrendo um processo evolutivo, que «parte da concentração de massas objetivamente homogêneas, passa por uma diferenciação [...], e tende para uma nova homogeneização, mas num nível económico e cultural mais elevado» (WEIL, 1991, p. 283), o dinamismo desta característica genética não é impeditivo da análise lógica do tipo, nem da identificação dos traços peculiares que criam o esquema de cada figura. Conjugados, permitem o delineamento de um quadro tipológico em que determinadas características comuns surgem mais ou menos marcadas, mais ou menos dominantes, de acordo, por um lado, com a posição num eixo interno de temporalidade – uma massa recém formada não revelará as mesmas combinações que uma massa em vias de desaparecimento - e, por outro, com o modo como o contexto histórico induz alterações no padrão – uma crise económica, por exemplo, pode condicionar um retrocesso da massa a comportamentos que já abandonara há muito, como seja o recurso a formas violentas de manifestação. O mesmo vale, como se deduz, para os «grandes homens», de modo que «uma tipologia dos chefes pode ser assim encarada, correspondendo à tipologia das massas» (WEIL, 1991, p. 297).

Desta forma, mesmo que os populismos atuais se apresentem mais líquidos, seja por se verem alteradas algumas das circunstâncias históricas, seja pelo perfil das novas massas, menos definido no todo, ainda que mais matizado e complexificado na estrutura, seja por se ter tornado corrente a necessidade de o político fazer valer pública e discursivamente o seu programa de ação, já que «a história chegou a um ponto em que a ação deixou de ser necessariamente inconsciente, em que o indivíduo histórico – Estado, nação, chefe – pode e deve pôr-se em causa a si próprio [...], em que a violência pura [...] se ocorre,

4 Itálicos do autor.

leva ao consenso a seu desfavor» (WEIL, 1991, p. 253), seja pelo desenvolvimento de processos conscientes e sistemáticos de desmassificação, oriundos da democratização dos Estados e dos seus sistemas educativos, é de supor que o poder das analogias permaneça vigente. Esta possibilidade advém, precisamente, da perspectiva lógico-histórica, adotada pelo autor, que circunscreve o fenómeno ao campo social e político, diferentemente daquelas de cariz normativo ou prescritivo, as quais, assumindo uma visão providencialista do progresso histórico, tendem para subsumi-lo numa matriz culturalista, segundo a qual a sua reprodutibilidade ou é tida como direta, ou deixa de ser viável. Ao invés, a análise de Weil, não dependendo de considerações prévias sobre *um* sentido único para a História, mas do ressalte dos diferentes sentidos em acção na História, nem do recurso a binómios axiológicos, como o que opõe alta e baixa cultura, mas da procura de concretos universalizáveis, assume uma plasticidade interpretativa que a projecta para além do tempo em que foi produzida. Dessa feita, não se coaduna com a conotação pejorativa do termo populacho com que, bastas vezes, se traduz masses.

Weil resume as principais características da massa, do seguinte modo: «a massa caracteriza-se pela sua oposição, mais ou menos consciente, às camadas superiores, pela sua concentração, a sua mobilidade, a sua emotividade, o seu sentimento de insegurança (sentimento presente ou pronto a renascer da memória)» (WEIL, 1991, p. 294). Esta caracterização centra-se na dimensão performativa, uma vez que aponta para traços comportamentais comuns, cuja intensidade e combinatória são variáveis, dinamismo cujo traçado cabe compreender de modo articulado, recriando a lógica da proposta de Weil.

Formada num processo de desenraizamento, nomeadamente, da sua relação matricial com a agricultura, a massa passa a depender da oferta de trabalho fabril, torna-se uma força em movimento, para poder subsistir e, se possível, beneficiar das oportunidades de melhor emprego, onde quer que estas surjam. Para cada indivíduo que a integra, dá-se, assim, um efeito de extirpação dos vínculos que detinha localmente, bem como do sistema tradicional de valores transcendentais, doravante substituído pelo conjunto de valores da sociedade capitalista. Duas consequências maiores advêm desta condição: por um lado, a massa oferece-se como um todo homogéneo, com dimensões ilimitadas; por outro lado, os indivíduos vivem uma relação dual com a possibilidade de conferir um sentido à existência, entre a «lembrança nostálgica duma vida sensata que foi perdida» e a nova possibilidade de adquirir «a segurança material e valores, ao mesmo tempo, ao seu alcance e desejáveis por si (conforto, instrução, participação nos bens da civilização cidadina)» (WEIL, 1991, p. 267). Desta oscilação decorrem igualmente três traços essenciais.

Desde logo, na medida em que a entrada no mundo mercantilista acarretou o sacrifício da transcendência, a possibilidade de contentamento das massas fica na dependência dos valores imanentes, associados ao valor central do progresso. Ora, como lembra o autor, «a sua natureza [do progresso] quer que seja contínuo e não tenha fim. Contentar-se com os bens necessários à vida, é uma atitude que pressupõe a existência de valores transcendentais [...], porquanto distingue entre o necessário e o supérfluo. Num mundo em progresso material, do progresso material, não existe supérfluo» (WEIL, 199, p. 275-276).

Depois, na medida em que o desenvolvimento económico se encontra suportado pelo trabalho dos indivíduos que formam a massa e a sua adesão à lógica da produtividade constitui o motor dessa relação laboral, «massa recente e massa madura têm isso em comum que o esquema teórico do trabalho social e do progresso lhes é ocultado»

(WEIL, 1991, p. 293). Tal implica que a avaliação que podem fazer dos problemas sociais, políticos e económicos não decorre de um conhecimento suficientemente objetivo da sua racionalidade (WEIL, 1991, p. 274), mas fica circunscrita à esfera emocional do desejo de beneficiar dos produtos desse esquema de organização: «um salário superior, uma melhor proteção contra a doença [...], uma instrução que garanta as maiores oportunidades de ascensão» (WEIL, 1991, p. 275). Esta limitação não significa que todos os indivíduos que entram na massa possuam uma formação insuficiente, tanto mais que as massas se vão estratificando e, conseqüentemente, afastando desse padrão básico inicial, mas deve ser entendida como correspondendo a um efeito do que Weil designa como «massificação moral» (WEIL, 1991, p. 272), isto é, a uma forma de lidar com a realidade a partir de benefícios diretos, associados àquele que devém «o princípio moral dessa sociedade de massas», a saber «a igualdade perante o progresso [...], a igualdade das oportunidades iniciais de todo indivíduo» (WEIL, 1991, p. 276).

Por fim, este princípio de igualização, tal como a moralidade que introduz, também não se afigura cabalmente consagrado, já que pressupõe a perda do reconhecimento a partir dos atributos tradicionais de personalização (éticos, estéticos, intelectuais), a favor de um tipo de reconhecimento genérico, assente em processos de reificação (WEIL, 1991, p. 272) e em formas de distinção que são remetidas para a esfera dos interesses privados, ainda quando resultem, elas próprias, em atividades de consumo, como a própria cultura que «sofrendo uma certa transformação, se torna numa questão de grau e de tempo» (WEIL, 1991, p. 279). Esta particularidade, porém, não condiciona a adesão dos indivíduos ao sistema de valores consumista, que se torna no regime normativo vigente, mas gera «crises morais extremamente graves» (WEIL, 1991, p. 272), na ocorrência de duas circunstâncias maiores.

Uma decorre das expectativas individuais de «encontrar nesses valores um sentido e uma dignidade para a sua existência» (WEIL, 1991, p. 272), ou seja, de equiparar a sua função à dos valores transcendentais. Sendo esta correspondência inviável, instala-se um ceticismo axiológico que pode levar, quer ao tédio, isto é, ao desinteresse pela procura de uma combinação aceitável entre racionalidade e razoabilidade, quer ao intuito de revalidar os antigos valores, dando azo a um nível de contradição extremo entre as duas constelações axiológicas, já que se trata da recuperação de um fantasma da nostalgia, permanecendo intacto o interesse nos benefícios da sociedade consumista. A segunda prende-se com as crises económicas que se traduzem em ameaças ao padrão de vida estabelecido e aos direitos entretanto adquiridos. Se «nas sociedades desenvolvidas e em progresso, deixou de existir uma verdadeira competição entre os valores do progresso, de há muito vitoriosos, e os valores das diferentes tradições», esta espécie de «trégua [...] entre os valores antigos e os valores modernos» (WEIL, 1991, p. 278) não resiste ao retrocesso económico, de tal forma que «toda a crise material dará origem a uma crise de todos os valores reencontrados» (WEIL, 1991, p. 279).

A grande condicionante da violência ou da pacificação temporária das massas reside, portanto, na existência dos meios económicos que garantam o acesso aos mesmos benefícios para a maioria. Uma vez que as massas não podem ser fiéis a um sistema de valores, de modo consistente, aos antigos, por se terem formado no pressuposto da sua negação, aos modernos, por nunca procurarem ou conseguirem perceber a sua razão, o seu comportamento será determinado por um calculismo constante sobre o que constitui o seu interesse presentâneo, de acordo com uma lógica emocional, na qual se combina a desconfiança sobre a distribuição da riqueza, o ceticismo axiológico e uma leitura

conspirativa dos acontecimentos, que desemboca no princípio do bode expiatório. Como Weil resume, «Tudo é possível ao progresso, assim corre a argumentação emotiva, tudo é então devido: é preciso que alguém seja desonesto e mal-intencionado para que ainda não esteja tudo à disposição de todos» (WEIL, 1991, p. 296).

Esta instabilidade constitutiva, e, por isso mesmo, insuperável, acaba reforçada pelo acentuado sentimento de injustiça que acompanha a oposição da massa às camadas superiores. Na medida em que se constitui na convicção de que não há qualquer estrato social que lhe seja inferior (WEIL, 1991, p. 261), mas apenas estratos que estão acima de si e aos quais ela aspira ascender, a massa vive atormentada pela comparação com os fatores distintivos dos outros grupos. Esta dinâmica não pode ter solução definitiva, em virtude do caráter ilimitado do progresso e da acumulação dos produtos que lhe correspondem. Tal significa que, mesmo quando parece que a massa se está a decompor porque o desenvolvimento económico encurtou a percepção da distância putativa entre os interesses da massa e os da elite, basta que se dê um desequilíbrio nessa equação para que «reapareça um sentimento de injustiça, e de uma injustiça flagrante e radical» (WEIL, 1991, p. 277), assistindo-se, imediatamente, a uma remassificação, desta feita, em torno da defesa dos interesses consolidados e do receio de regressão à miséria de partida.

Essa memória cultivada de um tempo de carência material e moral, que nunca teria sido verdadeiramente resolvido, configura um permanente e persistente sentimento de insegurança, que torna a massa particularmente sensível a alterações e a impede de assumir um programa de medidas próprio. Consequentemente, «a ação da massa não é [...] positiva e não visa um objetivo bem definido. Ela é essencialmente negativa: a massa sabe dizer não e sabe lutar contra uma condição que se lhe afigura insuportável, injusta, inumana» (WEIL, 1991, p. 295). Uma tal reatividade produz três circunstâncias maiores.

Por um lado, leva a que haja uma alternância de períodos de inação e de períodos de atividade intensa, consoante os contextos sejam mais ou menos favoráveis à satisfação dos interesses das massas, a inação podendo, por exemplo, traduzir-se na abstenção, a luta sendo suscetível de irromper, *ipso facto*, em manifestações de violência gratuita. Não sendo completamente imprevisíveis, estas flutuações introduzem um fator de imponderabilidade e de entropia no planeamento social, político e económico, que torna a massa, produto indispensável da modernidade, num problema para qualquer governação, uma vez que «uma parte considerável da população não pode viver em oposição ao governo, frequentemente mesmo à forma do Estado, sem constituir a mais grave das ameaças para o rendimento da sociedade e o poder do Estado» (WEIL, 1991, p. 302).

Por outro lado, serve de amplificador do descontentamento individual, lembrando que «a revolução permanece onipresente como possibilidade no mundo moderno» (WEIL, 1991, p. 304), que a coesão do Estado moderno é ilusória, que a violência e o dissenso são o penhor do contentamento dos interesses individuais. Porém, a distinção entre revolta e revolução, segundo a qual «a revolta [...] luta contra o poder, a revolução pelo poder» (WEIL, 1991, p. 369), torna-se indispensável para evitar atribuir à massa uma intencionalidade e um alcance que o ponto prévio já delimitava. Com efeito, a ação da massa, por si mesma, sendo negativa e exercendo-se relativamente a interesses presentes, variáveis e dispersos, em função das agendas alheias, não permite a focalização exigida por um ato revolucionário, antes, tende para se converter na intervenção de uma «multidão desorientada», decorrente de um sentimento de revolta difuso, nem configura,

pela complexidade dos seus próprios estratos de massificação e a superficialidade da sua relação com a esfera da política, uma qualquer vontade de tomar conta da governação. Todavia, a sua oposição aos poderes instituídos vale como um exercício de erosão, um longo ensaio para uma revolução potencial, sobretudo quando cruza a gama dos motivos de insatisfação económico-social à paleta dos juízos morais sobre o que «aos seus olhos é imoral, mentiroso, escandaloso» (WEIL, 1991, p. 368). Como lembra o filósofo, «se a maioria não se revolta, pode muito bem simpatizar com a revolução e recusar, passivamente, o seu apoio ao governo e ao regime» (WEIL, 1991, p. 373).

Por fim, todo este quadro de relativa hesitação altera-se quando as várias características negativas das massas são manipuladas por um chefe de massas, tendo em vista a sua ascensão ao poder. Essa manipulação é, na base, mútua, pois se o chefe necessita do contingente e da eloquência da sua revolta, para tomar conta do aparelho estatal, a massa precisa da singularidade de um chefe, que simbolize a vontade unificada de que inevitavelmente carece, se quiser lutar pelos privilégios que considera serem-lhe devidos. Tal significa que a massa aderirá a um chefe que corresponda às suas aspirações e o chefe a uma massa cujo tipo de descontentamento sirva os seus propósitos (WEIL, 1991, p. 295). A vulnerabilidade da massa à propaganda, em detrimento da argumentação racional, atinge aqui o seu zénite: o chefe dirá o que as massas querem ouvir e estas ouvirão o que querem. É uma tal relação com a massa como todo que conota esses líderes com o populismo, de um modo quase literal: «Eles são chefes de massa porquanto se dirigem sempre e diretamente à totalidade do povo, povo que definem pela pertença à mesma tradição, à mesma raça, à mesma religião» (WEIL, 1991, p. 299).

Todos os enunciados serão, assim, referidos a uma dimensão salvífica imediata, porque negativa, cujo princípio é o de que «basta suprimir o que toda agente ressentido como injustiça para que a justiça definitivamente se instale» (WEIL, 1991, p. 295). Os processos discursivos, quer «se reclamem, ora dos valores duma tradição sagrada e intocável, ora duma ciência puramente racional» (WEIL, 1991, p. 305), serão, por conseguinte, predominantemente, da ordem do mito, em torno da *Obra* a realizar e do papel redentor do *Obreiro* (BERNARDO, 2016); da efabulação, sobre a identidade nacional, a sacralidade do povo, o heroísmo moral daqueles que integram a massa e que agem «em defesa da sociedade» (FOUCAULT, 1999); da mistificação, relativamente aos perigos que qualquer forma de alteridade, doravante remetida para a categoria do traidor, do herético, do infiel, representa para o grupo que incarna todas as virtudes populares; ou da simples compactação de palavras de ordem: «Durante as crises que sofrem as sociedades desenvolvidas [...] podem falar de pátria, de grandeza histórica, de verdadeira moral, da baixeza e da malvadez dos dirigentes atuais [...]. Os chefes das massas jovens contentar-se-ão, habitualmente, em falar de exploração estrangeira, de tradição posta em perigo pelos invasores políticos, militares, económicos» (WEIL, 1991, p. 299).

O que as massas retêm é o reconhecimento do seu direito à igualdade social e económica, em função do quantitativo e dos sacrifícios a que foram compelidas; a possibilidade de ascensão ao poderio das elites, por via da nobilitação da identidade gentílica, que julgam incarnar, quebrando, assim, o ciclo da reprodução social; a glorificação da força da maioria que se atribuem, viabilizando a abreviatura dos procedimentos da democracia representativa, por meios de intervenção plebiscitária; a consagração da legitimidade do moralismo político, do qual extraem a prática da suspeita universal sobre os outros; a oportunidade de recuperar a segurança de que supõem ter beneficiado na pré-

modernidade, graças à intervenção de um chefe que assume a «tarefa principal de resolver o conflito entre massa e Estado» (WEIL, 1991, p. 305). Nada diz respeito à objetividade, ao recurso a «argumentos “razoáveis”, baseados em conceitos de necessidade positiva ou negativa» (WEIL, 1991, p. 376), mas a uma zona de pragmatismo, cruzando propaganda e opinião pública (WEIL, 1991, p. 373), violência explícita e violência deliberadamente escondida (WEIL, 1991, p. 386), na qual «ao cálculo do entendimento se sobrepõe a razão moral – mas tão-só se sobrepõe, o que significa, mais uma vez, que o cálculo é a condição necessária do mundo moderno, mas não parece conter a condição suficiente da satisfação, da felicidade dos indivíduos e dos grupos» (WEIL, 1991, p. 379).

Motivo bastante para que não se julgue de modo simplista o ímpeto populista, ignorando que diferentes massas seguirão elocuições e estratégias diversificadas, confundindo a emotividade das massas com a irrelevância das suas reivindicações ou deduzindo que massas e chefes são sempre disruptivos e totalitários. A tipologia dos chefes de massas, proposta por Weil, evidencia essa necessidade de acomodar teoricamente as variantes que a história patenteia. A par do «chefe das multidões desamparadas» (Hitler; Mussolini), que se aproveita de uma súbita perda de segurança por parte dos grupos que beneficiavam da evolução económica do país (WEIL, 1991, p. 319-321) e do «chefe revolucionário» (Lenine; Mao), que intervém numa sociedade prestes a entrar na modernização (WEIL, 1991, p. 310-311), encontram-se o «chefe nacional, tecnocrata» (Ataturk; Gandhi; Neru), que emerge na sequência de uma revolução social provocada pela ditadura de uma minoria, em nome da independência nacional (WEIL, 1991, p. 314-319) e o «chefe mantenedor» (Churchill; Roosevelt), apostado em conservar intacta a unidade nacional e em garantir a paz social (WEIL, 1991, p. 306).

Tal significa que há uma forte probabilidade de que uma análise dos neopopulismos tanto venha a indiciar a presença de réplicas mais ou menos diretas dos anteriores, como acabe por requerer a introdução de novos subtipos, nomeadamente, os que decorram de variantes do grupo dos *ideólogos inteligentes*, como propusemos chamar-lhes, «aqueles que, a partir da categoria da Inteligência, a qual reduz a História a um conflito de interesses, têm acesso ao próprio funcionamento lógico» (BERNARDO, 2016, p. 130). Do mesmo modo, seria de ponderar a eventualidade de uma *massa inteligente*, que integrando «homens de todas as proveniências sociais» (WEIL, 1991, p. 298), fosse ainda mais estratificada, mas mais plástica, admitindo formações variadas, com a entrada e a saída de elementos que, de acordo com um princípio de conveniência, ora se massificam, ora se autonomizam, mais consciente, portanto, da lógica que assiste ao jogo de interesses, por estar em linha com uma sociedade do conhecimento, da escolaridade e das redes de comunicação.

Por sua vez, julgamos que a proposta weiliana de compreensão da lógica de funcionamento das massas e dos seus chefes, dos seus tipos principais, dos seus modos característicos de discorrer e atuar, nos deve fazer pensar na existência de um *tipo* de ação social e política, que emerge na e da Modernidade, lidando com as mesmas instituições, mas que não se enquadra na *típica* da razão democrática, por mais que a procure estrategicamente reproduzir. Não se trata apenas do que difere no plano institucional, tanto mais que, a este propósito, o debate sobre as instituições democráticas fica na dependência de decisões epistemológicas prévias, relativamente ao modo de definir a democracia, se reativa, participativa, deliberativa, associativa ou igualitária (MORLINO, 2012, p. 26-43), bem como «do papel do Estado na gestão, organização, limitação e intensificação dos poderes» (WARREN, 2008, p. 383), mas do que se opõe aos postulados

que, segundo Weil, «não estão expressos na sua definição» (WEIL, 1950, p. 36), ainda que sejam determinantes.

Enquanto a massa se afirma de modo agonístico, segundo a oposição entre amigo e inimigo, para a democracia é vital a coesão em torno de valores e de fins partilhados, tendo em vista possibilitar a discussão entre iguais; ao passo que a massa se autoriza a perseguição do outro, por se achar dotada de uma verdade absoluta e de uma moralidade perfeita, «a democracia concebe-se como um sistema de livre discussão em evolução», no qual «cada um a qualquer momento pode ter razão, como pode estar errado», o que faz com que qualquer «medida seja [...] antidemocrática se excluir uma parte da nação da discussão» (WEIL, 1950, p. 37); se a massa faz valer um fundo sentimental comum, forçando a uniformização das diferenças individuais, reduzidas a simples posições interessadas, em torno de noções genéricas e improváveis, «a democracia assume que todos os homens são razoáveis» (WEIL, 1950, p. 37), pois só nesta condição estão aptos a participar numa discussão, que se distingue de uma disputa, por ser um exercício assente em argumentos pacíficos, universalizáveis e conciliadores; por fim, a massa está sempre aí, com uma narrativa sobre a sua origem, uma cosmovisão definida, suficientemente instruída, portanto, mesmo quando por escolarizar ou educar; já a democracia «nunca é; cabe sempre realizá-la» (WEIL, 1950, p. 39), pois depende do reconhecimento de que a política de todos para todos só pode resultar da discussão, entendida como um processo inacabado de mútua educação, sobre as decisões mais razoáveis e o sentido dos diversos sentidos que se encontram para a coexistência.

Em jeito de conclusão, gostaríamos de ressaltar um último aspeto que a reflexão de Weil induz, particularmente relevante para um tempo, como o nosso, em que não se questiona apenas o mérito dos populismos, mas igualmente, o dos regimes democráticos. É que, lembra o autor, ambos são efémeros, ambos dependem da vontade dos homens e da relação que estes cultivam com o projeto de uma existência mais humanizada, logo com mais potencialidades de servir para a inventividade de sentidos, nos quais, esses mesmos homens, que somos todos nós, identifiquem um princípio de satisfação. Ora, se cabe reconhecer que, mesmo as formas mais totalitárias de populismo não conseguem subsistir, já que «não se pode enganar para sempre a totalidade do povo» (WEIL, 1950, p. 38), há que ter igualmente presente que «a democracia não resiste, por uma espécie de estado de graça, a todas as provações» (WEIL, 1950, p. 39). Adquirir o sentido dos sentidos é um processo de aprendizagem complexo, feito de inventividade, tolerância, reconhecimento; para perdê-lo é preciso muito pouco, pois a liberdade é uma conquista diária face ao império multiforme da violência.

Referências bibliográficas:

- ARENDDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BADIE, Bertrand ; VIDAL, Dominique. *Le retour des populismes*. Paris : La Découverte, 2018.
- BAUDRILLARD, Jean. *À sombra das maiorias silenciosas*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERNARDO, Luís. O Estado à Prova dos Novos Discursos da Obra, In: PERRINE, Marcelo; COSTESKI, E. (eds). *Violência, Educação e Globalização - Compreender o nosso tempo com Eric Weil*. São Paulo: Edições Loyola, 2016, pp. 103-139.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção*. Lisboa: Ed.70, 2010.
- ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1970.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- HABERMAS, Jürgen. *Obras escolhidas IV*. Lisboa: Ed. 70, 2015.
- MORLINO, Leonardo. *Changes for democracy : actors, structures, processes*. Oxford : Oxford University Press, 2012.
- SCHMITT, Carl. *O conceito do político*, Lisboa, Ed. 70, 2015.
- WARREN, Mark . Democracy and the State, In : DRIZEK, John ; HONNIG, B.; PHILLIPS, A. (eds). *The Oxford Handbook of Political Theory*. Oxford : Oxford University Press, 2008, p. 382-394.
- WEIL, E. (1950), «Limites de la démocratie», Paris : Évidences, n.º 13, p. 35-39.
- _____. *Filosofia política*. São Paulo : Loyola, 1990.
- _____. *Essais et conférences II*. Paris : Vrin, 1991.
- _____. *Lógica da filosofia*. São Paulo: É Realizações, 2012.

